

## Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal

**Ricardo Peres da Costa**

Licenciado em Filosofia. Mestre e doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

### **Resumo**

O artigo apresenta as concepções da infância na obra de Gilberto Freyre e a sua relação com o público e o privado na sociedade patriarcal. A temática escolhida possibilitou observar o intercuro cultural, os equilíbrios, os antagonismos que marcam os escritos freyrianos sobre a organização da sociedade e a formação do Estado brasileiro. Este estudo é descrito em Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos de forma secundária, mas pontua o processo infantil das crianças: indígenas, brancas e negras em um momento específico da história nacional.

**Palavras-chave** Gilberto Freyre, História da Criança, pensamento social brasileiro.

### **Abstract**

The article presents the childhood conceptions in the work of Gilberto Freyre and its relationship with the public and the private in the patriarchal society. The theme chosen possible to observe the cultural intercourse, the balances, the antagonisms that mark the freyrianos written about the organization of society and the formation of the Brazilian state. This study is described in Casa Grande & Senzala and Sobrados e Mucambos secondarily, but punctuates child children process: indigenous, black and white at a specific time of national history.

**Keywords** Gilberto Freyre, History of the Child, Brazilian social thought.

### Introdução

As transformações econômicas, políticas e sociais do século XIX na Europa contribuíram para que houvesse, conseqüentemente, mudanças na formação do Estado brasileiro. Decorrente dessas mudanças a concepção de infância adquiriu novos significados, mas apenas no século XIX passou a constituir avanço nas legislações.

A mudança nas legislações iniciou pela regulamentação do trabalho precoce em minas (França, 1813), pela proibição do emprego de menores de nove anos e o estabelecimento de restrições a carga horária de trabalho daqueles que possuíam menos de 16 anos, fixando uma jornada de trabalho de 12 horas diárias nas atividades algodoceiras (Inglaterra, 1819). Ainda na Inglaterra em 1833 foi proibido o emprego de crianças menores de nove anos de idade e estabeleceu-se uma limitação de 9 horas diárias para aqueles que tinham menos de 13 anos de idade e proibiu-se o trabalho noturno. A mesma idade, 9 anos, foi estabelecida na Alemanha em 1839 como idade mínima para o emprego de crianças e, em 1869 essa idade subiu para 12 anos. A Itália em 1866 criou a lei ordinária de proteção ao menor para regulamentar e interferir nos malefícios que o trabalho precoce acarretava aos menores. Decorrente da luta sindical de trabalhadores, em 1919 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu os avanços normativos e passou a regulamentar definitivamente a proibição do trabalho infantil.<sup>1</sup>

No Brasil o trabalho dos pequenos era visto de forma natural. Os filhos dos escravos cresciam nas fazendas realizando pequenos serviços que aumentavam com o avanço da idade sem receber qualquer tipo de ganho salarial pelos feitos realizados. A primeira legislação de atenção a eles foi firmada em 1871. A Lei do Ventre Livre assinada pela Princesa Isabel considerava livre da escravidão os filhos de escravas nascidos a partir de então. Vinte anos

1 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Marx-Engels). HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

depois (1891) o Decreto nº 1.313 estabeleceu a idade mínima de 12 anos para o trabalho.

Lentamente a criança deixou de ser objeto de interesse e preocupação do âmbito privado (Igreja e família), para se constituir em um elemento de preocupação nacional. A criança deixou de ocupar uma posição secundária e mesmo irrelevante na família e na sociedade, para ser percebida como um valioso patrimônio de uma nação – objeto de discurso político, inclusive. Vista como a chave do futuro, a criança poderia se tornar uma ‘pessoa de bem’ ou, ainda uma ‘degenerada viciosa’ trazendo consequências nefastas para a modernização do país e dos cofres públicos. Pouco a pouco ocorreu uma mudança na forma de se conceber socialmente a infância, pondo-se em dúvida a dimensão da inocência em contraponto à capacidade de fazer ‘malvadezas’ ou ‘delinquências’.

O estudo do pensamento social e histórico da formação do povo brasileiro e da concepção de infância está diretamente vinculado à história da formação social do Brasil. Dessa maneira, as estruturas sociais do país com o seu sistema coronelista, o patrimonialismo, o nacionalismo, o colonialismo, o escravismo, a formação do estado democrático e militar e o advento da democracia contribuem para que, possamos compreender a concepção de infância na formação da nossa sociedade nos períodos mencionados e a influência ainda existente na concepção de infância do Brasil contemporâneo.

Dentro das análises sociológicas e historiográficas sobre a criança no Brasil, temos uma introdução deste estudo, registrada por Gilberto Freyre, na década de 1930 do século XX. Freyre desenvolve fases de evolução da infância na sociedade colonial brasileira e no Brasil império, não de forma sistemática, mas fragmentada, pois esse não era objeto de sua temática. Ressaltamos a sua importância, apesar de não se constituir em um estudo específico sobre a criança no Brasil.

### **Contextualização da obra de Freyre**

Uma sociedade é definida como patriarcal quando denota a inexistência entre “[...]”

uma camada social intermediária entre o senhor e o escravo [...]"<sup>2</sup> quando formada por seis estruturas: *o lar* nuclear burguês; *o emprego* em que, naturalmente, a mulher recebe pagamento inferior ao homem ou que a mulher está menos integrada do que o homem no trabalho assalariado e mais integrada ao trabalho doméstico, não-remunerado; *a sexualidade* das mulheres por um lado, não é aceita e, por outro, sofrem com abusos sexuais ou são consideradas alvo de cooptação de objeto patriarcal. Essa relação se dá pela concepção pornográfica da mulher como objeto sexual masculino e idealização do amor romântico feminino; *a violência* como forma de controle social feminino; *a cultura* do tratamento diferente dado aos meninos e meninas; e, *o estado* que contribui para a diferenciação e a desigualdade de gênero.<sup>3</sup> Resumidamente, podemos dizer que o patriarcado “[...] é um sistema social em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. É um conceito que enfatiza a inter-relação entre os vários modos em que os homens têm *poder* sobre as mulheres”<sup>4</sup> e esse esclarecimento é importante para situar o contexto de análise de Freyre.

Tipo de dominação caracterizado pelas relações pessoais no âmbito da família extensa e que confere poder autoritário ao patriarca chefe de família ou de clã. Ideologicamente, envolve o respeito irrestrito à tradição, à santificação do passado e à obediência servil aos mais velhos, sobretudo ao pater famílias. Ao tomar dimensões mais amplas, transforma-se em patrimonialismo. No Brasil, o coronelismo se apresentou como uma modalidade de patriarcalismo.<sup>5</sup>

Quando se fala em família tradicional e patrimonialismo, o conceito acerca do coronelismo também deve ser entendido. O coronelismo é um termo que designa o grande proprietário rural que possuía um comportamento despótico e patriarcal. Havia no período um consenso geral de que a esse coronel seria devido um sistema de obrigações e favores que,

2 SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller 1999. p. 96.

3 OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

4 *Ibidem*, p. 561.

5 SANDRONI, Paulo. *Op. cit.*, p. 449.

consequentemente, confundia na sua pessoa atribuições tanto de caráter privado quanto público. O coronel era aquele que protegia e sustentava “[...] economicamente seus agregados, exigindo deles obediência e fidelidade a sua chefia política”<sup>6</sup> em que o “Sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante”,<sup>7</sup> ultrapassando

[...] o âmbito das relações pessoais e familiares típicas do patriarcalismo, englobando até mesmo a estrutura de um Estado: um corpo de funcionários burocráticos, sem vínculos de parentesco com o soberano, administra, controla e usufrui do patrimônio público, que se apresenta como propriedade pessoal do governante. Um Estado de tipo patrimonialista não diferencia, portanto, a esfera pública da privada. Essa tradição patrimonialista foi herdada pelo Brasil com sua administração colonial baseada nas capitânicas e na economia centrada na grande propriedade familiar de monocultura. Segundo alguns autores, uma sociedade capitalista nascida de uma tradição patrimonial tenderia a formas autoritárias de dominação política, ao contrário das formações capitalistas originárias do feudalismo descentralizador (Europa), que seriam mais adequadas ao desenvolvimento e manutenção da democracia representativa.<sup>8</sup>

*Sobrados e Mucambos*<sup>9</sup> é uma obra de Gilberto Freyre,<sup>10</sup> publicada em 1936 que relata o momento histórico em que o patriarcado no Brasil começa a ser questionado, em meados do século XIX. A sua questão central descreve a ambiguidade cultural brasileira das discussões

6 *Ibidem*, p.133.

7 *Ibidem*, p. 449.

8 *Idem*.

9 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

10 Gilberto de Mello Freyre (1900-1989) foi um escritor que se dedicou à interpretação do Brasil a partir de uma análise sociológica, antropológica e histórica. Foi autor de ficção, jornalista, poeta e pintor. Recebeu da Rainha Elizabeth II o título de *Sir*, sendo um dos poucos brasileiros detentores desta alta honraria da coroa britânica.

entre a tradição patriarcal e o processo de europeização. Esse processo tem sido reconhecido, geralmente, como mudança de hábitos de vestir, de leitura, de consumo, de convivência social e autonomia dos jovens recém-formados em bacharéis, dentre outros. Percebe-se, nessa época, que o brasileiro incorpora a perspectiva do povo que precisa ser civilizado nos moldes europeus.

O conceito de patriarcalismo é um indicativo explicativo da nossa formação social, da estruturação e mudanças históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais passou o país, tal conceito também é estratégico para compreender a obra *Sobrados e Mucambos*.

Em *Casa Grande & Senzala*,<sup>11</sup> a família tradicional ou nuclear burguesa é a unidade básica da sociologia freyriana, já que as instituições e o estado português se encontravam distante do Brasil Colonial. Freyre torna esse conceito fundamento da sua explicação de questões tanto sociais como psicológicas que segregam, aproximam e tornam íntima a vida do homem brasileiro. Para o autor, a ‘intimidade’ entre os polos (classes) desiguais da sociedade escravista seria inerente ao tipo de patriarcalismo poligâmico que era normalizado nas relações entre os senhores ou os seus filhos com as escravas. A obra do autor destaca que a origem mais longínqua dessa cultura estava relacionada com a experiência colonial portuguesa moura.

Freyre também interpreta as relações sociais ao longo do século XIX a partir de uma linha psicanalítica, segundo a qual, os modos de sociabilidade têm caráter sadomasoquista, marca de uma patologia crônica e específica na qual a dor alheia (tronco, chicote, varas de marmelo), o não-reconhecimento da alteridade dos negros e a perversão do prazer se transfiguraram em lastro básico das relações interpessoais que estruturaram a formação social brasileira no fim do patriarcado.

Em *Sobrados e Mucambos*, o autor exibe com clareza as alterações das mesmas casas-grandes que se urbanizam em sobrados com requintes arquitetônicos europeus e passam a expressar novas relações de distanciamento entre ricos e pobres, brancos e negros, casas-grandes e casas pequenas, a casa e rua, o pai e o filho, o brasileiro e o europeu, pares que expressam desigualdade e contradições. Nesse contexto, o autor revela em seu livro o prestígio

11 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

que o espaço público vai ganhar através de um novo sistema de interações sociais, que inclusive desencadeia posturas de defesa ante os abusos dos senhores que tentavam fazer desse espaço urbano um prolongamento da sua propriedade.

Mediante descrições e narrativas, o autor procura mostrar como no Brasil se difundiu uma série de concepções que traziam consigo novos princípios, novos modos de estar em sociedade e em família. Seriam mitos fundadores (*semióphoros*)<sup>12</sup> que renascem a cada momento da história para explicar e naturalizar relações sociais contraditórias que são incorporadas ao inconsciente coletivo.<sup>13</sup> A obra expõe, ao leitor, testemunhos de novas posturas que se colocavam em *moda*, graças ao ideário moderno, higiênico, científico e normatizador da nova República.

Com o desenvolvimento das cidades, a hierarquização das relações sociais é firmada pela oposição entre o mundo colonial, os valores europeus burgueses e as novas realidades, principalmente àquelas relativas às transformações do estilo de vida na sociedade, vieram se integrar ao perfil do caráter nacional, criando espaço para uma sociabilidade que até então não existia. Nesse aspecto, o bacharelismo foi preponderante.

A decisão de europeizar o Brasil era a de civilizar o povo brasileiro de modo semelhante às maneiras e ao comportamento burguês europeu, acolhendo os valores individualistas que advinham com o incremento do mercado capitalista numa sociedade ainda atrasada, dependente e, com uma mentalidade pouco burguesa em relação às famílias europeias. Essas atitudes e valores se tornavam a forma essencial da chegada da modernidade ao Brasil trazida pela troca de mercadorias que, por sua vez, acarretava modificações nas nossas estruturas de sociabilidade, gerando novas relações entre pretos e brancos, filhos e pais, mulheres e homens; redimensionamentos que Freyre relata-nos com muita riqueza de

12 *Semióphoro* é uma palavra grega composta de duas outras: *semeion* ‘sinal’ ou ‘signo’ e *phoros*, ‘trazer para a frente’, ‘expor’, ‘carregar’, ‘brotar’ e ‘pegar’ [...]. Um semeion é um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra; é um símbolo; um signo, um acontecimento, uma celebração, enfim, são signos de poder e prestígio. Ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social. (CHAUÍ, Marilena. *Op. Cit.*, p.7-8).

13 CHAUÍ, Marilena. *Idem*; OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Idem*.

detalhes ao longo dos capítulos de *Sobrados e Mucambos*, livro em que busca

[...] estudar os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou o seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos; o desenvolvimento das cidades; a formação do império [...].<sup>14</sup>

Em sua análise, o autor mostra o lugar da criança em relação ao adulto na sociedade do sistema patriarcal. E, segundo ele existia “[...] uma distância social imensa entre os dois”.<sup>15</sup> Como é comum na sua obra, Freyre relata como era a educação não escolar das crianças no Brasil falando de culinária ou arquitetura, das observações dos médicos sanitaristas acerca da higiene e da alimentação, da educação jesuítica ou eclesial, dos modismos estrangeiros e da disciplina empregada com rigor quase que sádico.

Os relatos explícitos na obra de Freyre o tornaram precursor de um estilo de análise ou abordagem do campo historiográfico que, posteriormente, passou a ser denominado de História do cotidiano ou História da vida privada.<sup>16</sup> Esses aspectos serão analisados na próxima unidade deste artigo.

14 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 27.

15 *Ibidem*, p. 177.

16 Decorrente do estilo similar de análise existente entre Freyre e a *Escola dos Annales*, estudiosos contemporâneos como o historiador inglês Peter Burke tem debatido se o autor teria sofrido influência dos co-fundadores da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, criada na França em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. A análise de Burke é de que “Em 1930, quando Freyre começou a trabalhar em Casa-Grande & Senzala, Bloch e Febvre ainda não tinham estabelecido suas reputações internacionais e Fernand Braudel, um mestre-escola na Argélia, era ainda virtualmente desconhecido. Foi somente no final da década de 30, quando Braudel veio à USP, que ele e Freyre encontraram-se e descobriram seus interesses em comum” (BURKE, Peter. *Gilberto Freyre e a nova história*. Tempo Social, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, dec. 1997. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86687>>. p.5.

### **A criança no patriarcado**

A infância na sociedade patriarcal acabava precocemente, o que refletia a prematuridade da criança em se tornar um jovem ou adulto. A criança chegava a ter vergonha da sua infância e passava a modificar o seu comportamento imitando os adultos, seja nos trajes ou na maneira de se portar socialmente.<sup>17</sup> Havia um sentimento de completa inferioridade em relação a si e ao mundo do adulto.

Tamanho é o prestígio do homem feito, nas sociedades patriarcais, que o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer, morbidamente, antes do tempo. Sente gosto na precocidade que o liberta da grande vergonha de ser menino. Da inferioridade de ser párvulo. Tamanho é o prestígio da idade grande, avançada, provecta, naquelas sociedades, que o rapaz imita o velho desde a adolescência. E trata de esconder por trás de barbas de mouro, de óculos de velho, ou simplesmente, de uma fisionomia sempre severa, todo o brilho da mocidade, toda alegria da adolescência, todo o resto da meninice que lhe fique dançando nos olhos ou animando-lhe os gestos.<sup>18</sup>

Muito se romantizou sobre a infância. Esta fase foi construída nas mentalidades como fase da vida voltada para brincadeiras, período feliz da vida, fase de sonhos e fantasias quase sempre realizáveis. Isto se constitui num equívoco, pois muitas crianças têm e tiveram a vida tão difícil quanto a de muitos adultos, e na sociedade patriarcal essa realidade foi levada à condição extrema.

A Igreja Católica muito colaborou para a visão de eternidade da criança. Segundo

17 Atualmente, alguns autores defendem a tese da adultização e erotização da infância e até mesmo o término dessa fase da vida humana. A diferença é que nos dias atuais a razão principal está vinculada à barbárie capitalista para o consumo. Ver mais sobre o fim da infância em: POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Grafhia, 1999.

18 FREYRE, Gilberto. *Sobrados*. *Op. cit.*, p. 177-178.

Gilberto Freyre, até o século XIX era comum muitas mães sentirem-se felizes com a morte dos filhos, pois viravam anjos a sua espera no céu.<sup>19</sup> O autor descreve que a criança quando menino era “Criado como anjo: andando nu em casa como um Menininho Deus”.<sup>20</sup> A crença das mães era baseada na liturgia canônica da Igreja Católica que incentivava esse roteiro celebrativo de que o menino-deus ao ser “[...] morto nessa idade angélica, o menino era adorado [...]” e a família imaginava que ele iria para a glória celestial jubilar ao lado de Jesus.<sup>21</sup>

Para o autor:

A superstição dos anjinhos é provável que se tenha derivado do seguinte: diante do número alarmante de crianças índias que a morte levou no século XVI os jesuítas teriam espalhado, para consolo das mães e no interesse da catequese, que era 'uma felicidade': os pequeninos iam para o céu.

A mortalidade infantil era compensada pelo fato de serem fecundas as mães brasileiras nas famílias patriarcais. De acordo com registros, genealogias, tradições de famílias, testamentos [...] podemos avançar a generalização de que o número de filhos legítimos, numa família patriarcal típica do Brasil que atingiam a adolescência ou mocidade, regulava, nos séculos XVIII ou XIX, e provavelmente no século XVII, entre 10 e 20.<sup>22</sup>

Essa identificação *semióphora* com os anjos serviu como justificativa evangelizadora dos jesuítas para amenizar os cruzamentos entre brancos e índios e o aumento de doenças desconhecidas que vinham do desleixo ou do descuido e possibilitavam baixa imunidade e acometimento de doenças.

19 Analisando o mito fundador Chauí evidencia que tanto as chefias religiosas quanto as igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado são as criadoras iniciais dos *semióphoros* (CHAUÍ, Marilena. *Op. cit.*, p.8).

20 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 178.

21 *Idem.*

22 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande. Op. cit.*, p. 406.

A verdade é que perder um filho pequeno nunca foi para a família patriarcal a mesma dor profunda que para uma família de hoje. Viria outro. O anjo ia para o céu. Para junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos. Ou então era mau-olhado. Causa feia. Bruxedo. Feitiço. Contra o que só as figas, os dentes de jacaré, as rezas [...].<sup>23</sup>

Esse misticismo em torno da categoria criança passou desde a tradição indígena ao catolicismo cristão. Sem dúvida foi a estratégia mais mórbida dos jesuítas em neutralizar a ira dos indígenas ao ver a crescente mortalidade dos curumins aos primeiros contatos dos dominadores europeus com a população nativa. O autor, baseando-se em outras fontes documentais, apresenta algumas causas dessa mortalidade infantil:

As causas da mortalidade infantil no Brasil do tempo da escravidão - causas principalmente sociais - são atribuídas ao sistema econômico da escravidão, isto é, aos costumes sociais dele decorrentes: falta de educação física e moral, educação das mães, desproporção na idade dos cônjuges, frequência de nascimentos ilícitos. Devendo acrescentar-se: o regime impróprio da alimentação, o aleitamento por escravas, nem sempre em condições higiênicas de criar, a sífilis dos pais ou das amas. Foi evidentemente a ação dessas influências que muitos confundiram com a de clima.<sup>24</sup>

Freyre afirma que essa alegria mórbida decorrente da morte de crianças também fora notificada às famílias de origem europeia e, a elas teria sido explícito “[...] também a alegria, por assim dizer teológica [...]” pela mortalidade infantil.<sup>25</sup> Podemos considerar que fosse uma “[...] alegria mórbida, desenvolvida para consolo das mães em época de condições as mais anti-higiênicas de vida”.<sup>26</sup> A obra de Freyre também relata semelhança mística com a morte das

23 *Ibidem*, p. 366.

24 *Ibidem*, p. 367.

25 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 178.

26 *Idem*.

jovens virgens nos tempos coloniais e do Império, onde se idealizava a figura da moça que morria virgem “Tinha direito a capela de flor de laranja, véu de noiva, *bouquet* de cravos, caixão azul-claro ou branco. Foi outra idealização mórbida, baseada, sem dúvida, nos mesmos motivos que a idealização do anjo: a compensação psíquica, sob forma teológica”.<sup>27</sup>

A análise de Freyre demonstra que modernização trazida através da figura dos bacharéis e médicos de família, dentro dos sobrados e nas casas de engenho foram acabando aos poucos com essas práticas antissociais e higiênicas da sociedade daquela época. O século XIX fora considerado um século de grande mortalidade não só de crianças como de mulheres a obra do autor contribui com desmistificação religiosa que justificava a morte de crianças e jovens.

### **Transição entre a criança protegida e a criatura estranha**

A adoração ao “menino-deus” criado como anjo acabava-se cedo, dos seis aos sete anos, chegava-se à idade da razão estabelecida pela igreja católica e passava-se ao “menino-diabo”. Na idade da razão, pressupunha-se que a criança já estivesse apta a adentrar no mundo dos adultos. Nessa fase, a criança passava a pertencer também a um contexto social mais amplo que o lar. Para a tradição da época esse menino era considerado uma

criatura estranha que não comia na mesa nem participava de modo nenhum da conversa da gente grande. Tratado de resto. Cabeça raspada: os cachos do tempo de anjo guardados pela mãe sentimental no fundo da gaveta da cômoda ou oferecidos ao Senhor dos Passos para a cabeleira de dia de procissão.<sup>28</sup>

Ao evidenciar o cotidiano da criança no Brasil patriarcal, Freyre demonstra como essas

27 *Ibidem*, p. 236.

28 FREYRE, Gilberto. *Sobrados*. *Op. cit.*, p. 179.

crianças filhos dos coronéis eram assistidas por familiares e pela Igreja Católica e demonstra que muitas vezes, a crueldade e os maus-tratos eram um laço que unia as crianças de diferentes classes sociais em seus diversos mundos.

Se, por um lado as crianças escravas sofriam com o trabalho e com o castigo físico, por outro, a criança branca convivia com forçada precocidade em se transformar em adulto, quando perdia a infantilidade própria. No mundo adulto valorizava-se o menino inteligente, versado em literatura desde cedo. Os castigos corporais ultrapassaram a temporalidade da Colônia e, também atingia as crianças brancas que, eram punidas por pais, tios, padres e mestres, algo que era comum para a época.

Castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo desenvolvia, junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto de judiar também com o menino. [...]. O domínio do pai sobre o filho menor fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar.<sup>29</sup>

Havia uma espécie de regime absolutista do patriarca na administração da justiça de família, em que se mandava matar não somente os escravos, mas os próprios meninos e moças, seus próprios filhos. Esse caráter *pedagógico, disciplinar e correccional* chegava aos moldes de crueldade e sadismo não somente nas casas grandes, mas também nos colégios de padres. É nessa tradição que parte da infância brasileira foi educada até boa parte do século XX.

Foi no interior das grandes construções religiosas, destinadas ao ensino clássico do latim, da gramática, do santo ofício eclesial romano que os mestres régios aprimoraram o princípio de que a meninice entre os seis e doze anos era considerada a idade teológica imunda. Como descreve Freyre as crianças eram toleradas, desde que

<sup>29</sup> *Idem.*

[...] não se aproximasse dos adultos, nem levantasse a voz na presença deles, nem se desse a afoitezas de respondão. Respondesse baixo mesmo aos que falassem com ele gritando, quase como aos negros; desaparecesse da sala quando os grandes estivessem conversando; brincasse sem fazer assuada. Guardasse dos mais velhos uma distância de inferior, de subordinado, de subserviente.<sup>30</sup>

Aos meninos lhes restavam apenas o cumprimento irrestrito dessa cultura “educativa”, pois ela era imposta por todos os jeitos, incluindo os mais cruéis através de castigos e humilhações. Inclusive alguns infantes ficavam gagos em decorrência desse sadismo dos senhores patriarcais e padres mestres. O menino escravo, denominado de moleque, já tinha seu destino traçado. Atendia ao menino de engenho de várias formas, sendo considerado o seu brinquedo preferido. O menino negro foi transformado em objeto com a ajuda dos senhores de engenho.

As obras de Freyre mostram o excesso de severidade e crueldade com a infância brasileira de universos diferentes. A indígena sofria maus-tratos, não por parte de seus pais, mas pelas imposições ritualísticas e culturais do seu meio; a criança branca sofria pressões, espancamentos e perversidades por parte de seus pais, familiares, igreja, mestres régios, para “fins pedagógicos” de ensino e disciplinares. A criança escrava era transformada em objeto e passava a ser utilizada pela criança branca em suas brincadeiras estúpidas, porém, consideradas normais para a época.<sup>31</sup>

Ainda que vivenciassem condições sociais e econômicas diferentes, havia uma ligação entre crianças de realidades tão díspares: os maus-tratos a que eram submetidas. Segundo a análise de Freyre à época, considerava-se normal maltratar crianças como forma de educá-las e prepará-las para a vida, para o ingresso no mundo dos adultos. As histórias das crianças são

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 180.

<sup>31</sup> Importante mencionar que o livro *História social da criança e da família* de Philippe Ariès considerado um estudo pioneiro sobre a história da infância só foi lançado em 1962. O autor foi bastante criticado por não haver considerado os diferentes universos ou as condições sociais das crianças da Idade Média no seu trabalho (ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978).

diversas, assim como são os seus mundos. A forma como eram caracterizadas suas infâncias implicava a condição social a qual pertenciam, mas, por exemplo, conceitos institucionalizados pela igreja católica, como a *idade da razão*, segundo a qual, aos sete anos, a criança tinha concluído a primeira infância e estava apta a discernir entre o bem e o mal, estava instituída, apesar de suas vivências serem diferentes.

Os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unânimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos a forças desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro: calça comprida; roupa preta: botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro. Meninos-diabos eram só até os dez anos. Daí em diante se tornava rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas [...].<sup>32</sup>

A análise de Freyre permite compreender de que havia uma construção social do que deveria ser a criança e como o menino ou a menina deveria se comportar, pelo menos no que diz respeito aos segmentos mais abastados da população. Aos filhos de escravos e os menos abastados economicamente, a institucionalização foi a solução protetiva encontrada a partir do século XX.

### **Os meninos, os moços e as meninas-moças, as sinhás-donas**

No final do terceiro capítulo de Sobrados e Mucambos, Freyre faz uma explanação brilhante acerca desse processo de transição entre o menino e o moço. Essa passagem é bastante expressiva na compreensão da transição da sociedade patriarcal aos tempos da

<sup>32</sup> FREYRE, Gilberto. Casa-grande. *Op. cit.*, p. 411.

República regida pelo infante D. Pedro II.

O homem moço aquele pertencente à classe detentora dos meios de dominação e filho dos coronéis foi outro elemento importante no cenário das desigualdades da sociedade patriarcal. Esse jovem era educado nos colégios ou seminários de padres ou mesmo nas cidades europeias para formar-se bacharel. A educação do moço brasileiro acontecia tanto no Brasil em cidades como Olinda, Bahia e São Paulo como na Europa em locais como Coimbra em Portugal e Montpellier na França. Para tanto, era comum imitar-se as vestimentas e os costumes e hábitos diários franceses (cartola, sobrecasaca, bengala, capota preta, lenço de rapé etc.), além das leituras literárias que eram incorporadas ao cotidiano dos Sobrados brasileiros.

Ressalta-se que o homem moço ocupou papel de destaque a partir de meados do século XIX, papel similar aos das crianças que eram considerados quase que anjos. Todavia, a figura da mulher moça continuará sendo um apêndice nessa sociedade patriarcal. O que se percebe é que a educação feminina ficou restrita ao aprendizado das necessidades básicas de ser uma boa esposa e mãe. De modo que o homem significou no patriarcalismo os elementos do militante, protagonista, renovador, libertador e unilateral; a mulher, a fragilidade, o conservadorismo, o doméstico, a beatice e subserviência plena ao homem, seu senhor.

Freyre ressalta a precocidade exercida em relação às meninas da época colonial e mesmo de meados do Império, que eram estimuladas a casarem-se cedo, aos doze, treze, quatorze anos. Havia a preocupação dos pais, com as filhas que completavam quinze anos e não tinham se casado: aos vinte anos, considerava-se a moça solteirona. As meninas da época só mostravam atrativos aos doze, treze anos. Aos dezoito, já eram consideradas matronas, pois se considerava que já haviam atingido a maturidade completa.

As meninas que viviam na Casa de Expostos do Recife<sup>33</sup> e no Colégio de Órfãs em Olinda, no século XIX, eram estimuladas a casarem cedo como uma das maneiras de garantirem seu sustento. Quando se solicitava uma menina em casamento nessas entidades de atendimento às órfãs, os pedidos eram para as meninas menores ou as de idade de quinze anos. Ao casarem, essas meninas-moças passavam a sinhás-donas.

33 As crianças abandonadas e rejeitadas eram recebidas nessas Casas dos Expostos. Geralmente eram administradas por Congregações religiosas.

O que caracterizou a formação do homem moço, o desejo do menino querendo ver-se o quanto antes homem foi predominantemente a educação disciplinadora e sádica dos colégios de padres. Na obra de Freyre se percebem esses elementos: tristeza e falta de alimentação, “comia-se mal; havia muito jejum; o menino vivia com fome [...]”.<sup>34</sup> Esse regime provocava o acometimento de várias doenças, o espírito de conformidade, de ordem e o gosto excessivo pela disciplina,

[...] carneiros. Carneirinhos. Calados, olhos tristes, sem vontade própria, eram mesmos uns carneirinhos. E o trajo ainda lhes dava mais ar de carneiros: uma batina branca com uma cruz vermelha no peito. [...] os meninos continuaram tristes, agora de sobrecasaca preta, roupa de homem, alguns já viciados no fumo. [...] Era a opressão da pedagogia sádica. Todos - o pai e o mestre – inimigos do menino e querendo-o homem o mais breve possível. O próprio menino, inimigo de si mesmo e querendo ver-se homem antes do tempo.<sup>35</sup>

O que se percebe ainda era uma tendência da pedagogia ainda colonial, de amadurecer a criança à força e animar a precocidade da vida adulta. O bacharelismo contribuiu para as mudanças no seio da sociedade patriarcal brasileira, tais como na estrutura da administração política do Segundo Reinado, na Igreja, na magistratura, na diplomacia, nas províncias, nas oligarquias, enfim, nas relações sociais, institucionais, eclesiais e pessoais. Neste período, as mudanças culturais promovam intensos conflitos e ambiguidades entre pais-filhos, netos-avôs, jovens-velhos.

Outra dimensão importante dos moços era a doença. Era quase que obrigatório acometer-se de gastrites, pulmonites, cardialgias etc., as doenças traziam em si um ar de romantismo sentimental e melancolia mórbida entre os jovens bacharéis, conforme demonstra Freyre: “[...] tornara-se tão bonito ser doente que até as meninas da primeira metade do século

34 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 186.

35 *Ibidem*, p. 192.

XIX viviam pondo bichas<sup>36</sup>.

Os 'gênios' deviam morrer cedo e, se possível, tuberculosos. Nada de saúde. Nada de robustez. Nada de gordura. E os 'gênios' foram concorrendo para a própria morte. Exagerando-se no conhaque. Andando com protistutas. Sifilizando-se em orgias baratas. [...] vida de conhaque e de vadiação com mulheres.<sup>37</sup>

Incorporam-se as estas características a falta de higiene pessoal, irregularidades na alimentação, falta de exercício físico, de sol, umidade das grandes casas ou sobrados dos colégios, vestimentas europeizantes e hábitos da tenra idade que iam acometendo-se a robustez da juventude brasileira.

A obra de Freyre demonstra o quanto à sociedade estava estruturada e como as relações entre o público e o privado, o estado e a família, o pai e o filho, o velho e o moço, a criança e o adulto foram se desenvolvendo ao longo dos séculos da formação do povo brasileiro e expresso nas obras *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Com a ascensão social e política desses homens jovens foi diminuindo o respeito pela velhice, que até aos princípios do século XIX fora um culto quase que religioso.

Era o declínio do patriarcalismo. O desprestígio dos avós terríveis, suavizados agora em vovós. O desprestígio dos 'senhores pais' que começavam a ser simplesmente 'pais' e até 'papais'. Era o menino começando a se libertar da tirania do homem. O aluno começando a se libertar da tirania do mestre. O filho revoltando-se contra o pai. O neto contra o avô. Os moços assumindo lugares que se julgavam só dos velhos. [...] fenômeno que parece caracterizar com seus excessos, toda transcrição do patriarcalismo para o individualismo. [...] são várias as cartas da época em que se refletem a atitudes de independência, quando não de

36 *Ibidem*, p. 195.

37 *Ibidem*, p. 196.

revolta, da parte de moços para com os velhos; de jovens bacharéis para com os patriarcas de casas-grandes de engenho e de fazenda.<sup>38</sup>

Assim Freyre conclui o terceiro capítulo de *Sobrados e Mucambos*, destacando o papel do moço no advento da nova sociedade brasileira. Assim, os resquícios longínquos da cultura que fora impregnada na meninada da sociedade patriarcal e nos jovens que pretendiam modernizar o Brasil, ainda hoje influencia a cultura brasileira, refundando novos mitos.

### **Considerações finais**

O artigo problematiza os mitos fundadores das concepções da infância na análise de Gilberto Freyre. O texto analisou os estudos realizados por Gilberto Freyre sobre a infância e as suas fases no Brasil patriarcal. A temática escolhida também possibilitou observar o intercuro cultural, os hibridismos, os equilíbrios, os antagonismos que marcam os escritos freyrianos sobre a organização da sociedade que marca uma nova ordem pública na formação do estado brasileiro.

Freyre, ainda que de forma fragmentada, introduz um estudo da criança brasileira através da sociedade patriarcal, estabelecendo conceitos e expressões significativas para exprimir o contexto social em que vivia a criança do século XVI ao XIX. Expressões como: *leva-pancadas*, *menino-anjo*, *menino-diabo*, *ar seráfico*, *sinhá-moça*, *sinhá dona*, *moleques*, *meninozinho*, permanecem atualmente na historiografia da criança no Brasil. A obra de Freyre está contextualizada no seu tempo e na perspectiva do autor na busca de discutir e dialogar com a chamada identidade nacional.

O que fica evidente na análise destes textos e na exposição do artigo, é que a história

38 *Ibidem*, p. 200.

da infância no Brasil é na realidade, a história de suas contradições e de seu próprio controle. Os estudos sobre a infância no Brasil parecem ter ampliado o seu campo de pesquisa e adquirido certo estatuto teórico e metodológico, que rompe com os dilemas de que a proteção à infância se deve exclusivamente no momento de suas violações, do encontro com condições precárias sociais e econômicas. De qualquer modo, no Brasil, o que se construiu teoricamente sobre a infância que estão a nossa disposição nos permitem conhecer as precárias condições sociais das crianças, sua história e suas contradições adversas de “adulto em miniatura”.

Por fim, ressaltamos a contribuição indireta de Gilberto Freyre na compreensão da história da infância, que cada vez mais ocupa um papel importante no campo das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, enquanto objeto de estudos.